



Anais da Assembléia

Nº 39

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezzi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezzi, Ezequias Losso, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50), achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpellini, Nestor Baptista, Renato Bueno e Romero Filho (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 57/82

Curitiba, 05 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva estabelecer condições para a realização, no corrente ano e no exercício de 1983, de promoções por avanço diagonal, por habilitação, de Professores e Especialistas de Educação.

O pretendido diploma legal, que mereceu manifestação favorável do Conselho Deliberativo de Pessoal, se adotado, ensejará condições para atribuição desse importante benefício ao pessoal do Magistério, dispensando transitoriamente a observância de interstício e estabelecendo datas fixas para a realização das referidas promoções.

Por outro lado, com a finalidade de suprir as necessidades do ensino, é prevista a criação, em quantidades que especifica, de cargos de Professor MPP-100 e de Especialista de Educação MPE-200, para integrarem o Quadro Próprio do Magistério. Prevê, também, com vistas aos superiores interesses do ensino, autorização no sentido de que o Poder Executivo proceda à redistribuição dos cargos a serem criados, nas várias séries de classes dos níveis de atuação que compõem o já men-

cionado Quadro do Magistério.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 56/82

Art. 1º — As promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério, previstas no art. 32, § 2º, alínea "b", observado o disposto no artigo 33 e dispensada a exigência do artigo 34, todos da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, com a redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981, serão efetuadas, em caráter transitório, até o ano de 1983, nos meses de outubro de 1982, abril e outubro de 1983.

Parágrafo único — Somente concorrerão à promoção por avanço diagonal, por merecimento, no ano de 1982, os Professores ou Especialistas de Educação que não foram beneficiados por este artigo em outubro de 1982.

Art. 2º — Ficam criados, no Quadro Próprio do Magistério. 5.200 (cinco mil e duzentos) cargos de Professor MPP-100 e 1500 (um mil e quinhentos) cargos de Especialista de Educação MPE-200, todos na Classe E, nível de vencimentos 5.

Art. 3º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a redistribuição dos cargos criados por esta Lei, nas diversas séries de classes dos níveis de atuação do Quadro Próprio do Magistério, mediante proposta da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

§ 1º — Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a transferir, de acordo com a necessidade da Administração, cargos integrantes de um Grupo Ocupacional para outro, do Quadro Próprio do Magistério.

§ 2º — As providências de que trata este artigo serão formalizadas mediante decreto e desde que não impliquem em aumento de despesa.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 58/82

Curitiba, 05 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva assegurar ao funcionalismo estadual o direito a contar, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, o tempo referente a serviços prestados em atividades regidas pela Lei Federal no. 3807, de 26 de agosto de 1960, — Lei Orgânica da Previdência Social.

O plano de lei ora submetido a exame dessa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos interesses da administração, eis que virá atender legítima reivindicação não só do funcionalismo, mas também de grande número de cidadãos que deixaram os quadros funcionais do Estado e hoje militam na iniciativa privada. Com o diploma legal em causa adotar-se-á, em âmbito estadual, a chamada "contagem recíproca", envolvendo tempo de serviço público e tempo de atividade privada, já reconhecida pela União em favor de seus servidores.

Segundo dispõe a Lei Federal no. 6864, de 01 de dezembro de 1980, a extensão do direito a tal contagem, depende, nos Estados, de legislação própria, o que, aliás, efetivar-se-á através da medida consubstanciada no projeto de lei em causa.

Por outro lado, vale ressaltar que o benefício proposto, conforme disposição expressamente contida, abrangerá os integrantes da Polícia Militar do Estado, assegurando-lhes contagem do tempo já referido, para efeito de reforma por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, e ainda, para transferência para a reserva remunerada.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 52/82

Art. 1º — O tempo de serviço prestado em atividade regida pela Lei Federal no. 3807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, será computado, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, em favor do funcionário público estadual, após completar cinco anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 1º — Não será computado o tempo de serviço prestado sob o regime da previdência social urbana, se tiver sido concomitante com tempo de serviço público.

§ 2º — O tempo de serviço já utilizado no regime da previdência social urbana, para os efeitos referidos neste artigo, não será computado.

§ 3º — Para a utilização do tempo de serviço, requerida com fundamento neste artigo, o funcionário deverá apresentar certidão fornecida pelo setor competente do Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 4º — Nos casos de acumulação de cargos ou funções, o tempo de serviço de que trata este artigo será computado em relação a apenas um deles.

Art. 2º — As disposições desta lei aplicam-se aos integrantes da Polícia Militar do Estado, para efeito de reforma por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, e transferência para a reserva remunerada.

Art. 3º — O tempo de serviço computado na forma desta lei não será levado em conta para concessão de vantagens.

Art. 4º — Mediante decreto, dentro de 120 (cento e vinte) dias, o Poder Executivo regulamentará a execução desta lei.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.
— Ao Departamento Legislativo :

Ofício:

De sua Excelência Reverendíssima DOM JAIME LUIZ COELHO, Arcebispo Metropolitano de Maringá, nos seguintes termos:

"Com saudações cristãs, desejo agradecer a sua honrosa presença em Maringá na realização da Sessão Solene do dia 29 de abril último, quando me foi entregue o honroso e empenhativo Título de Cidadão Benemérito do Paraná. A deferência da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em deslocar-se até Maringá, leva-me a um comprometimento maior no empenho em bem servir à comunidade e em bem viver a minha missão evangelizadora, que só deseja tornar realidade o Amor de Cristo no mundo. Pelo que, como frisei, recebo este honroso título em nome de toda a Igreja que está no Paraná.

Peço o favor fazer chegar aos Srs. Deputados à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, presentes à sessão solene em Maringá, os meus agradecimentos pessoais e os de toda Maringá.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosa-mente REQUER, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. VALDOMIRO RAUTH, ocorrido na madrugada de hoje nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora IRENE ISABEL FERREIRA, esposa do ilustre empresário de Londrina, Sr. Manoel Maria das Neves, ocorrido naquela cidade, no dia 11 próximo passado.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1982.

(a) RUBEN VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O autor da presente propositura pretende, ao oferecer este requerimento à elevada apreciação desta dought Casa, prestar uma sincera homenagem a uma das famílias mais tradicionais do Norte do Paraná, radicada há muitos anos na cidade de Londrina.

O passamento de Dona Irene Isabel Ferreira das Neves, causou profundo constrangimento na sociedade paranaense, especialmente de Londrina, onde seu esposo, gozando alto conceito público, vem se destacando como autêntico líder da colônia portuguesa, ali radicada.

Dona Irene por seus dotes de elevação espiritual, sempre se destacou na comunidade, onde por vários anos exerceu profunda atividade de benemerência e de auxílio aos mais necessitados.

Por isso a cidade chora o seu passamento.

Pretende ainda o autor desta proposição, expressar sua profunda dor e, ao mesmo tempo, augurar ao Sr. Manoel Maria das Neves, votos de breve restabelecimento, pois que o mesmo se encontra ainda hospitalizado, em virtude do grave acidente que ceifou a vida, prematuramente, de sua pranteada e amada esposa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido na cidade de Joaquim Távora, em data de 08 do corrente, do Sr. CECILIO MARIA ROCHA.

O extinto era pai do Sr. Antônio Maria Rocha (Vereador PDS) de Joaquim Távora, radicado no Distrito de São Roque do Pinhal, tendo seu passamento consternado a comunidade, pois era uma pessoa que gozava de grande estima e consideração.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, pelo Sr. Antônio Maria Rocha, Vereador do Município de Joaquim Távora e residente no Distrito de São Roque do Pinhal.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO ao Projeto de Lei no. 148/81, em redação Final na sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento de HERMÍNIO TESSARO, ocorrido no dia 10 de maio passado, na cidade de Paisandu.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1982.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A morte, traiçoeiramente, ceifou a vida de um dos pioneiros do município. Agricultor, comerciante, por várias vezes Delegado de Polícia, prestando relevantes serviços à comunidade.

Homem dedicado ao trabalho e à família, exemplo e zelo foram apanágios de toda sua existência.

Nossa manifestação de solidariedade à família enlutada, se dá pelo fato da grande amizade que tínhamos pelo Sr. Hermínio Tessaro, e pela grande lacuna que deixou no seio da comunidade paissanduense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nos. 90/81, 91/81, 35/82, 61/81 e 173/81, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 58/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO PARANAENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL — IPAPe, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1982.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Declarar de utilidade pública o Instituto Paranaense de Administração de Pessoal — IPAPe, é reconhecer a profundidade e amplitude das atividades da entidade, por ser o seu campo de atuação, sem dúvida, um dos mais importantes da área das ciências econômicas e administrativas — a administração de pessoal.

O IPAPe, fundado em 1966, congrega pessoas ligadas à administração de Recursos Humanos para desenvolver técnicas e normas para o aperfeiçoamento sempre constante e crescente do setor, centro e apoio de todo o sistema sócio-econômico.

Analisando a documentação e prospectos que acompanham o nosso projeto de lei, comprova-se a amplitude do trabalho do IPAPe, e os benefícios que a instituição está e continuará prestando ao Paraná especialmente, se em reconhecimento ao laborioso e dedicado trabalho de seus associados, declararmos o Instituto de utilidade pública.

O SR PRESIDENTE (João Mansur)

Está finda a leitura do

Expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença neste Plenário do nosso colega Deputado Luiz Roberto Soares, Secretário da Cultura e do Esporte.

Senhores Deputados,
Senhores Assistentes deste Sessão.

Cumpra a esta Presidência, na abertura dos trabalhos de hoje, reafirmar a missão constitucional deste Poder Legislativo, como um dos três ramos do Poder Constituído do Estado do Paraná.

Os Deputados Estaduais são eleitos soberanamente pelo povo do Estado, e se agrupam em Bancadas Partidárias, representantes dos respectivos partidos políticos.

Enquanto nesta Casa os Srs. Deputados são os delegados soberanos da vontade popular na jurisdição do Estado do Paraná. Eles simbolizam, portanto, a vontade política de sete milhões de paranaenses e como tal, seu mandato, sua palavra e voto estão revestidos da dignidade da representação democrática.

Agrupados por Bancadas, os Deputados representam correntes de opinião política legalmente incorporadas como partidos políticos e devem respeito às diretrizes partidárias que se obrigaram a respeitar quando foram investidos do mandato.

Tradicionalmente, os Parlamentares possuem assentos em suas galerias, para que o público possa assistir às deliberações em andamento. Mas também é tradicional a exigência do respeito, por parte deste público, à dignidade de que estão investidos os Deputados como representantes do Poder Constituído.

Esta Presidência afirma, que no exercício dos deveres a que está sujeita, fará respeitar inteiramente as disposições da lei quanto à autoridade e ao império da ordem e do respeito que são devidos a esta Casa, a seus membros e a suas bancadas.

Para tanto, conta com a compreensão dos Srs. Deputados e com o respeito dos assistentes, confiante na formação democrática que todos possuem.

Muito obrigado.

Para o pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando discutíamos aqui, no final do ano passado, a reformulação da lei que fixou novas tabelas do Regimento de Custas do Poder Judiciário, do foro judicial e extra-judicial, chegamos ao ridículo de ocupar esta tribuna sob pressão, não só de Deputados, mas sobretudo, Sr. Presidente, a pressão dos bilheteiros cartorários que se espalham por este território paranaense.

Naquela oportunidade, falando em nome do Partido, do PMDB, levantamos aqui a questão relativa ao abuso do Poder Econômico que se infiltraria numa lei que, àquela altura, já padecia de vício de inconstitucionalidade.

Isto porque, Sr. Presidente, primeiro não se observou para a sua discussão e votação, as regras constitucionais vigentes e nem tão pouco as normas prefixadas no Regimento Interno desta Casa.

E, recentemente, Sr. Presidente, já em plena vigência desta lei, pudemos constatar que aquilo que apregoávamos aqui por ocasião da sua discussão, torna-se hoje indiscutivelmente um instrumento de pressão na mão de poderosos e sobretudo nas mãos do poder econômico. É que as partes que buscam a prestação destes serviços, seja na lavratura de escrituras públicas, no registro destas escrituras ou mesmo que procuram a justiça à cata de uma prestação jurisdicional, chegam a desistir, Sr. Presidente, criando assim um constrangimento para que a sociedade, em harmonia, se desempenhe em relações de boa convivência com o cidadão.

Ontem ou antes de ontem, Sr. Presidente, a Gazeta do

Povo, através de publicações legítimas, indiscutíveis, além de apregoar a mudança do regimento de custa, trás também, uma reportagem do eminente Presidente e do Tribunal de Justiça, onde reconhece que esta Assembléia Legislativa causada por injunções talvez de pressão de cartórios que aqui ocorreram para este plenário, sederam a essas pressões e estabeleceram regras que hoje estão a fustigar os cidadãos que buscam a prestação de serviços da justiça seja, do foro judicial, ou extra-judicial.

É neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que estamos encaminhando um requerimento à mesa para que o Governador do Estado e o Presidente do Tribunal de Justiça, remeta a esta Casa com a máxima urgência, uma reformulação da lei que criou os novos valores para o regimento de custos.

E deixo aqui, Sr. Presidente, um apelo para que esta Casa, recebendo uma mensagem deste teor, trate com mais seriedade, com mais isenção o estabelecimento de normas para vigir entre os cidadãos.

É sabido, Sr. Presidente, e é criticado que a justiça hoje padece de males, ruínas muitas vezes por normas virtuosas encrustradas na Constituição.

Mas, também, ao fixar as normas de direito ordinário, a Assembléia Legislativa como um todo não tenha sido zelosa para a prática de atos que estabeleçam o melhor relacionamento entre os cidadãos, entre as pessoas que buscam esses serviços.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os últimos dezoito anos de vida nacional, marcada pelo arbítrio e pela violência, aprofundavam as raízes do autoritarismo no País. Hoje, quando a pressão social abre novos espaços democráticos, este autoritarismo se revela em toda a sua nudez nas atitudes mais simples daqueles que acreditam que podem se perpetuar no poder pela força.

As conseqüências mais graves desta deformação se verificaram na utilização política do Estado pelo grupo no poder e principalmente de sua máquina repressiva. Pensam os autoritários que a polícia deve servir a eles, que o corpo policial deve se submeter aos seus caprichos e interesses. Exigem indulgência plenária para seus atos e transformam o sistema de segurança pública em sistema de sua segurança contra os interesses sociais mais amplos.

Desta disfunção grave a que é conduzido o aparelho policial decorrem a desconfiança, o descrédito que a população passa a lhe dedicar. Mas também a polícia quer modificar sua situação. Quer retomar a função primordial de assegurar a segurança social, a segurança do povo, a segurança de todos os cidadãos contra todos aqueles que atentem contra ela. E neste momento em que todos os setores da sociedade se organizam e reivindicam, também os policiais demonstram unidade em torno de suas reivindicações que são por melhores condições e dignidade no trabalho, por critérios honestos de promoção, pela restauração da importância de sua função social, de alta responsabilidade.

O que vemos hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é também a polícia se organizando, exigindo, e neste processo entrando em contradições com o autoritarismo que já a utilizou como seu instrumento mais eficiente. Os policiais pretendem recuperar sua posição. E para isto precisam modificar toda a política de segurança vigente. E a política de segurança vigente, principal esteio do regime, para ser modificada exige mudanças do regime. Exige a vigência de amplas liberdades políticas.

Nosso partido, o PMDB, compreende que a política de segurança que necessitamos passa, antes de tudo, pelo controle social e democrático que o conjunto do povo deve exercer

sobre todos os atos do Executivo. E que funções de caráter especial, como é o caso da polícia, devem ser tratadas com especialidade. O policial deve ter condições de vida e trabalho que lhe permitam o exercício digno dessa função de alta responsabilidade. E deve ser comandado segundo princípios orientados pela satisfação das necessidades sociais.

Hoje, o PMDB propõe, antes de tudo, a atenção às reivindicações justas dos policiais do Estado do Paraná. E ao chegar ao poder tomará como medida prioritária a nomeação de um civil para a Secretaria de Segurança Pública. E um civil comprometido com o programa democrático. Da mesma forma, proporá a nomeação de um Coronel da Polícia Militar, dos valorosos quadros da Polícia Militar, para comandar a corporação que, temos certeza, dirigida por um de seus membros retornará ao leito que exige sua formação democrática.

Nós do PMDB não acreditamos que a polícia deva servir a quem está no poder, mas sim ao povo, que deverá governar este Estado a partir do resultado eleitoral de 1982.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Fuad Nacli. (Ausente).

Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Fideicino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recorda-se que, quando o Deputado Flávio Marcílio buscava, juntamente com o Deputado Célio Borja, o restabelecimento das prerrogativas congressuais, e chegou, para isso, a apresentar um substancial projeto para restabelecimento das imunidades parlamentares e o revigoramento da plena atuação do Parlamento, para dar, assim, substância ao que o Governo da República vem pregando, neste País, acerca de 18 anos: O restabelecimento do regime democrático.

Desde a Emenda n.º 11 é que se discute o restabelecimento de prerrogativas constitucionais, estabelecendo regras consagradas pelos mais aperfeiçoados regimes democráticos do mundo.

Entretanto, Sr. Presidente, aos poucos, assiste-se, sob os olhos pasmados da consciência cívica nacional, à revelia das pregações reiteradas que têm feito os organismos mais legítimos e representativos deste País, especialmente o Instituto dos Advogados e as Seções espalhadas pelo território nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, quando não, na última Conferência, a IX Conferência da Ordem dos Advogados, em Florianópolis, que concluiu, no dia 06 do mês corrente, em fazer em Carta Aberta, a reiterada reclamação, para que se restabeleçam as garantias constitucionais do regime democrático.

Entretanto, Sr. Presidente, o Governo procurou articular, de forma eficiente, a que aquela propositura dos Deputados do seu próprio Partido, Flávio Marcílio e Célio Borges, procurou nessa articulação, impedir que as prerrogativas do Congresso Nacional fossem votadas de acordo com as modificações apresentadas pelos componentes do Congresso.

Recentemente, tem se falado muito no restabelecimento de garantias, tem se pregado muito acerca da abertura propalada pelo Presidente General Figueiredo.

Todavia, o que temos assistido, Sr. Presidente, e aqui em Curitiba, recentemente, é prisão por motivos políticos, é o exacerbamento das pressões de polícias políticas, é a dúvida que ainda paira sob a ideologia, sob a doutrina da Lei de Segurança Nacional, sob as dificuldades da aplicabilidade das leis de imprensa e, mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal, em decisório proferido com relação a Deputados pertencentes à Câmara Federal, houve por bem interpretar um texto consti-

tucional consagrado ao longo dos anos, da inviolabilidade do mandato parlamentar. E mandou que se lavrasse processo contra dois Deputados: um que teria praticado o crime apenado com a tentativa de homicídio, e o outro, vinculado à idéia consagrada pela Lei de Segurança Nacional - mais precisamente, Genival Tourinho.

Ora! Sr. Presidente, se o Supremo Tribunal Federal reconhece a necessidade de uma reformulação na Carta Constitucional porque já derroga decisões anteriores e muda o sentido da interpretação do texto através de uma prática nos Tribunais, o Direito Consuetudinário, os arestos daquela Corte, os juízos de cada um dos seus Magistrados, é porque, necessário se torna o aperfeiçoamento das normas que dá o ordenamento jurídico a esta Nação, a Carta Constitucional.

Entretanto, Sr. Presidente, não é este o juízo que faz o Governo a respeito da condução para o regime verdadeiramente democrático e livre, porque, se de um lado, nesta recente Mensagem que acaba de anunciar a imprensa declina ontem, o seu texto, se no Artigo 32 desta propositura faz reformulações quanto à aplicabilidade de normas que apenas os Deputados, pela prática de alguns crimes, ela, no seu texto, é mais violentadora do mandato parlamentar do que aquela Emenda n.º 11, e, se este já apelidado "Emendão", observa um articulista do Estado de São Paulo, "no terreno delicado e até movediço cuja configuração vem sendo alterada pelo Supremo Tribunal Federal em recentes decisões que contrariam a impunibilidade absoluta, a tese de que o Deputado e o Senador é inviolável se inclui em crimes, e envolve inclusive a prática de crimes fora do exercício da Tribuna Parlamentar".

O que é vigente, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dá garantia aos Congressistas, e, por extensão, aos demais Deputados dos Poderes Legislativos dos Estados, quando dizem, das Tribunas, com liberdade, no pleno exercício dos seus mandatos, palavras que possam vir a ser ofensivas ou assim serem tachadas, e para isto, o Texto Constitucional vigente consagra o direito dos Poderes a que pertençam esses Parlamentares, consagra poderes para repelir uma agressividade no pleno exercício do mandato, a Emenda proposta pelo Governo, a proposta, a Reforma Constitucional proposta pelo Governo nem sequer chega a respeitar esta minguada prerrogativa que ainda tem o Parlamento, ou o Parlamentar.

Por este texto, os Congressistas poderão ser presos, mesmo em pleno exercício do seu mandato, durante a vigência do seu mandato, poderão ser presos sem qualquer processo. Esta é a interpretação que se está dando, ao Texto proposto pelo Governo. O Artigo 32 e os seus Parágrafos, desta Emenda, não falam mais em processo, Consuma-se assim o que o eminente e saudoso Vice-Presidente Pedro Aleixo proclamou durante a inconstitucionalização do Ato Institucional n.º 5. O medo é que os inspetores de quartelão possam se arvorar em senhores absolutos e fazer prisões indiscriminadas por esse Brasil afora.

O Ministro da Justiça pretendendo dar uma nova versão aos fatos, procura abrandar as interpretações já de juristas, querendo dizer que o que o Governo pretendia e pretende com a Emenda é restabelecer as prerrogativas de funcionalidade do Congresso Nacional e diz ele: "o texto constitucional proposto tem o princípio da improcessabilidade dos Deputados e Senadores".

Acontece, Sr. Presidente, que deixando, via de regra, à mercê da interpretação das Mesas das Assembléias, das Mesas do Congresso Nacional, seja da Câmara Federal ou do Senado, poderão ter injunções de natureza política, para que os parlamentares possam ser processados liminarmente, sem que haja a

intervenção do Poder em socorro do seu componente.

Esta é uma dúvida, Sr. Presidente, que vem pairando e que o Governo deseja seja mantida e que apesar de julgados do Supremo Tribunal Federal, o Governo pretende deixar claro que não é favorável à prerrogativas da imunidade parlamentar.

Sr. Presidente, e fala o texto ainda: que "os Deputados e Senadores são invioláveis, salvo nos crimes contra a honra", Se afasta o temor da imprecisão, da expressão de segurança nacional. Ergue também por outro lado, o princípio da punibilidade, quanto à injúria, à calúnia e à difamação. E todos nós sabemos, Sr. Presidente, mesmo a doutrina penal, através das Escolas Penais, até hoje sentem a dificuldade em estabelecer parâmetros de caráter subjetivo do que representa a injúria, e fala mais, "a denúncia de desmandos administrativos e de corrupção" feita da tribuna do Senado ou da Câmara dos Deputados, agora pode ser passível de processo sem autorização do Congresso.

Este é um dado do problema novo que se coloca no texto e a pretexto de desenvolver ou devolver as prerrogativas constitucionais a Deputados e Senadores.

Esta emenda dá poderes, Sr. Presidente, a qualquer delegado de Polícia, perdido por esse interior afora, o poder de abrir por crime comum, processo contra qualquer pessoa; não importa a ocupação que ele exerce na sociedade.

São essas, Sr. Presidente, as aberturas proclamadas e as concessões que pretende fazer o Governo. E é neste sentido, Sr. Presidente, que não podemos pertencendo a um dos poderes constituídos deste Estado, não podemos nos permitir mais uma vez a violentação das regras de um regime verdadeiramente democrático. Não é esta, Sr. Presidente, a orientação da melhor doutrina, não é esta também, Sr. Presidente, a orientação que querem dar os Deputados mais ilustres que compõem o Congresso Nacional e pertencentes, inclusive, ao Partido do Governo.

Não vai longe, assistimos as demarches com relação à evacuação do Plenário para que aquelas prerrogativas propostas, discutidas, sobretudo nas Comissões Técnicas dando um caráter amplo de debate e mesmo assim, porque desagradava os detentores dos poderes, mesmo assim, não foi possível que estas regras pudessem configurar o início de novas relações entre os Poderes para que se equilibrem entre si.

Sr. Presidente, falou-se aqui também, muito no casuís-mo que estabeleceram as mudanças e extrapolaram-se os mandatos de prefeitos e vereadores para se estabelecer a coincidência de mandatos em 1982.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a Oposição de forma sistemática procurou em todo o Brasil, formar fileiras contra a prorrogação de mandatos, é porque a Oposição já enxergava, Sr. Presidente, que ao lado do casuís-mo, profundas aberturas, divisões na sociedade, principalmente, na sociedade que rege a classe política, haveriam de ter tensões de natureza incommensuráveis e hoje, Sr. Presidente, o próprio Governo procura restabelecer a descoincidência de mandatos.

Fica também configurado, Sr. Presidente, que naquela ocasião em 1980, o Governo procurando manter cerca de 3.500 prefeituras e cerca de 40.000 vereadores espalhados por este Brasil e que compõe o seu Partido, não tinha outro objetivo: - era manter o estado de coisas para que, os pacotes eleitorais, fossem levados a bom termo para que o Governo pudesse nas eleições que vão se aferir no dia 15 de novembro de 1982, lograr vantagens eleitorais, eleger maioria nas Câmaras Municipais, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas.

vas, nas Prefeituras, para manter assim, a sua hegemonia no Poder, e com isto consagrar ainda, a permanência de mandato na mão de componentes do seu Partido.

Ora, Sr. Presidente, vem o Governo agora, confirmar aquilo que o PMDB, o antigo MDB já dizia, quando era insustentável a coincidência de mandatos até por razões de natureza doutrinária, filosófica, sociológica, política, institucional, econômica.

Era necessário estabelecer os critérios para as eleições de natureza municipal que tem uma conotação específica e diferente dos demais embates eleitorais e fixar também a distância entre mandatos municipais e mandatos proporcionais às Assembleias, à Câmara Federal e ao Senado.

Mas pretendendo, Sr. Presidente, que as quase 3.500 prefeituras que se encontram hoje na mão do PDS, pudessem ser instrumento de pressão para estas eleições, o Governo agora reconhecendo pelas alterações impostas no "pacote eleitoral", através do decurso de prazo pretendendo manter essas regras, apenas para não perder a possibilidade de eleger o futuro Presidente da República faz agora o descompasso daquilo que tinha sido uma regra primordial da sua mudança na legislação, na sua abertura e propõe então um mandato, nesta emenda constitucional, propõe então para a descoincidência, mandato de cinco anos para os futuros prefeitos a serem eleitos.

Entretanto, Sr. Presidente, não fala o texto de liberdade sindical, não apregoa a democratização de outras leis que ainda se encontram infiltradas estranhamente na atual Constituição. E estabelece agora, depois do chamado "pacote de abril", que serviu apenas para que o Governo garantisse a institucionalização de leis casuísticas prevendo que vai perder a maioria no Congresso Nacional busca restabelecer o "quorum" de 2/3, para que as reformas constitucionais sejam viáveis, sabendo que a Oposição não poderá ter 2/3 mas poderá ter a maioria de 50 por cento mais um, estabelece então as suas novas regras.

Nesse sentido, Sr. Presidente, temos a dizer, sempre fomos favoráveis a que as regras do Poder Legislativo se estabelecesse com o critério desta proporcionalidade. Até porque, da forma como vinha sendo composto, como vinham sendo tecidas as leis, evidentemente que não representam e nem representavam a aspiração de toda a Nação brasileira.

Sr. Presidente, traz ainda esta lei, esta proposta de emenda constitucional, algumas alterações para que os Estados como o Estado do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, pudesse ter aumento ou diminuição nos seus componentes de representatividade perante o Congresso Nacional.

O Governo buscou, para não perder, sempre trabalhando em cima do casuísmo. O Governo procurou estabelecer neste novo texto constitucional proposto, que os Estados não percam a representação parlamentar através de diminuição do número de Deputados Federais ao Congresso Nacional. Mas também limitou no Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, a possibilidade desses Estados, os mais populosos do País pudessem ter uma representação proporcional à sua população que tem se mantido num ritmo assustadoramente crescente.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que se denota o casuísmo a que o Governo está se propondo. E o que pretendemos fazer nesta tribuna, Sr. Presidente, é naturalmente deixar aqui mais uma vez a nossa estranheza pela abertura que o Governo tem apregoadado em todos os cantos, durante todos esses últimos meses.

E esta abertura que se pretende impor ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, esquece-se o Governo de derrogar o instituto da fixação do prazo para que as leis possam ser aprovadas por decurso de prazo ou sem que sejam apreciadas pelos congressistas ou pelos Deputados Estaduais.

Ora, Sr. Presidente, não estabelecendo regras ou deixando

de tocar nestas já pré-estabelecidas; antes ao contrário, ao invés de alterar - segundo previam as prerrogativas do projeto Flávio Marcílio, o Governo pretende ainda estabelecer que o prazo para o decurso de aprovação seja de 40 dias.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional não pode e não deve permitir ingerências sobre gestões de seu próprio interesse; gestões de negócios da condução dos seus interesses. São relações que dependem dos congressistas, de interesse "interna corpore (?)". Sr. Presidente.

Por esta razão é que vimos hoje a esta tribuna, para dizer aos componentes do Congresso Nacional, que somente a eles cabe levantar, erguer a cabeça, se colocar numa postura de dignidade; somente a eles cabe o restabelecimento da honra do Congresso Nacional. Governo nenhum deverá influir nas decisões dos congressistas.

Quer nos parecer, Sr. Presidente, independentemente de sigla partidária, aquela alta Magistratura do Poder Legislativo haverá, por bem, de estabelecer as regras necessárias para o revigoramento do regime democrático.

Entretanto, se os Deputados e Senadores não se houverem com dignidade, estabelecer princípios que realmente consolidem este pensamento, jamais a classe política, jamais o Congresso Nacional, jamais os representantes populares poderão, em tempo algum, enquanto isto não ocorrer, arrogar-se o direito do respeito que precisam ter. Depende de cada um de nós, do Poder Legislativo, revigorar a instituição.

Depende de cada Deputado, de cada Senador, o posicionamento, não só de sabedoria, mas um posicionamento de honra, de decisão, em favor da causa, em favor do mandato popular, o único que legitima a composição do Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Ausente, consulto à Liderança do PDS.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no instante em que subi à tribuna, recebi um apelo do nobre Deputado Fuad Nacli, para que lhe concedesse cinco minutos do horário da liderança do PDS, a fim de que ele pudesse fazer a sua defesa pessoal pelas injustas críticas e acusações de que ele foi algo.

Mas não foi só o Deputado Fuad Nacli, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados que recebeu essas acusações injustas. O Presidente da Associação dos Delegados de Polícia, José Maria de Paula Correia, que sempre foi recebido em nosso gabinete, para tratar de assuntos relativos à tramitação deste estatuto, com a maior dignidade e com a maior lealdade e tranqueza, vem à imprensa lamentavelmente dizer que os acontecimentos ontem aqui verificados, se devem ao despreparo, ao destempero e ao desequilíbrio dos Deputados do PDS. Sem analisar, Sr. Presidente, nobres Deputados, o Estatuto da Polícia Civil em si, a Mensagem Governamental, que trouxe efetivos e reais benefícios a toda a Polícia Civil, prefere investir contra a nossa Bancada, porque não teve alguma emenda acolhida. Não compreendendo o papel do legislador, que é o do equilíbrio na apreciação das matérias. Porque se existem funcionários que reivindicam, existe também o problema de se proteger a sociedade daqueles que concedem essas reivindicações, que é a sociedade paranaense num todo.

E continua ainda, o Presidente da Associação dos Delegados, o Delegado José Maria de Paula Correia, numa flagrante injustiça, numa terrível injustiça, a dizer, que ele tinha uma certeza a de que o Deputado Antônio Facci entrou na briga para valer porque está bastante contrariado com a Associação

dos Delegados, que tem cobrado explicações sobre as sindicâncias para apurar corrupção na CIRETRAN de Maringá.

Pensamento subjetivo inteiramente desviado de delegado. Desequilíbrio que não pode se fazer notar num Delegado de Polícia. Como é que ele pode fazer uma acusação dessa natureza contra um parlamentar desta Casa? E eu pergunto, o que é que tem o Deputado Antônio Facci, cuja conduta nesta Casa tem sido das mais elogiáveis. Reconduzido duas vezes pela votação de parcela do povo do Paraná. Um parlamentar que honrou a representação no PMDB e que hoje honra a nossa representação, não pode ser agredido por um delegado dessa forma, dentro da nossa Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imparcialidade do Delegado José Maria de Paula Correia, no induzimento ao repúdio ao PDS, por alguns policiais que serviam de inocentes úteis ontem aos interesses pessoais desse Delegado, que segundo soube é candidato pelo PMDB, pela bancada da Oposição. Então ele está no papel, se forem verdadeiras essas informações que hoje eu recebi, ele está no seu papel. Não analisa o Estatuto em si, que trouxe benefícios a toda a Polícia Civil. Mas induz alguns policiais que aqui estiveram, que não são dignos da maioria do Quadro da Polícia Civil do Estado, evidentemente a ficar contra os Deputados da maioria, que deram sustentação política e que votaram graças ao seu discernimento, o Estatuto do Magistério. E que acolheram 12 emendas, 7 do Deputado Gabriel Sampaio, do PDS, 2 do Deputado Nelson Buffara, do PDS; e apenas 3 do Deputado Tavares.

Agora, efetivamente, os acontecimentos lamentáveis que nós presenciamos na tarde de ontem, deveu-se eu já disse ontem, a encenação demagógica do Deputado Tavares, que se portou ontem aqui, não como um Deputado, mas, como mestre de cerimônia de um baile de debutantes. Porque, a cada emenda que não era de sua autoria ele levantava para explicar à Casa, como se nós fôssemos leigos na arte de legislar.

Então, ele estava querendo fazer exatamente a sua média política.

E aqueles mesmos policiais que vaiaram os Deputados do PDS e que aplaudiram o Deputado José Tavares, deveriam estar aqui na sessão realizada Sr. Presidente, em 11/11/80, quando o Deputado José Tavares dizia uma das mais tristes e dolorosas chagas da humanidade que é a prostituição. Tão velho quanto a prostituição é a instituição policial do Paraná, que usufrui dessa chaga social. A exploração de mulheres por policiais, um fato freqüentemente denunciado e já transformado em hábito, está de novo nos jornais. E tão sério é a denúncia contra a polícia, tão escandalosa é a situação que as prostitutas de Curitiba revoltadas com a extorsão da polícia, ameaçam uma greve da categoria.

Senhores, temos sido convidados a falar pelo rádio, jornal e televisão, freqüentemente, sobre a polícia. E se temos criticado a instituição policial como um todo; se temos sido criticados justamente por usar de exemplos para expremir os nossos pensamentos, mais uma vez teremos que recorrer aos fatos para expormos a nossa idéia.

Coleciono em meu gabinete mais de três centenas de recortes que relatam a violência e a corrupção da polícia do Paraná.

A truculência, a corrupção em si, a extorsão, o homicídio inexplicável e o pior, a impunidade desses homens, cuja as Leis existentes não os atingem, como se iluminado fossem por uma força divina.

A equipe do COP - Centro de Operações Policiais da Polícia Civil, chefiada pelo Detetive Paulo Ross, transformou-se numa espécie de organização de cobrança de impostos, de prostitutas que fazem o seu "trottoir" na Riachuelo e na Getúlio Vargas. E por aí afora.

Num outro pronunciamento no dia 15/10/80, ele diz: "Eu tenho dito Srs. Deputados que a educação e a saúde são

metas prioritárias do Governo, mas, segurança também é tão prioritária como essas duas áreas da administração pública.

Agora o que não se pode compreender, o que não dá para aceitar passivamente é essa seqüência de ineficiência de nossa polícia. Da inoperância da polícia, da omissão, da violência da polícia, praticada diariamente contra a comunidade paranaense.

Ultimamente nós temos sido certificados do que vem ocorrendo na Delegacia de Furtos e Roubos aqui em Curitiba. Inocentes chefes de famílias, pais, comerciantes, têm sido reiteradamente espancados, torturados por policiais que deveriam estar na cadeia." Esses mesmos policiais que aplaudiram ontem aqui o Deputado José Tavares, deveriam estar na cadeia segundo o seu conceito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Concede-me um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — No final concederei o aparte para que Vossa Excelência se defenda do indefensável.

Mas, não sendo esta função que há de proteger a sociedade paranaense.

Mas, nobre Deputado Gabriel Manoel, que ele diz, num aparte, ao Deputado Gabriel Manoel — "a Polícia não vem protegendo a sociedade; é o que ela menos faz, defender o cidadão. O que ela mais faz é vender a sua dignidade, é se violentar, é se omitir. Tem aproximadamente duzentos crimes contra a vida, insolúveis, só aqui em Curitiba, na Delegacia de Homicídios". "A Polícia do Paraná é uma instituição falida, está à beira da falência". São palavras pronunciadas pelo Deputado José Tavares, no dia 15 de outubro de 1980.

Agora, vejamos o que disse o Deputado Antônio Facci, ontem, e que esse Delegado, Presidente da Associação, foi tão injusto nas suas críticas contra o Deputado Antônio Facci. Vejamos o que ele diz: "(Lê) ... e o Deputado José Tavares não pode, efetivamente, fazer qualquer comentário a esse respeito, porque não teve participação nessa votação e em outras, que o autorizasse a fazer a afirmação que faz, porque, muitas vezes, chamou toda a classe policial de corrupta, e, neste momento, é aplaudido, em pé, desrespeitosamente".

E aqui vem, talvez, a frase, que tivesse provocado os melindres, não da Polícia Civil, que é uma corporação que honra o povo do Paraná, porque, com sacrifícios incontáveis, com vencimentos abaixo daquilo que permitiria a um homem viver com dignidade, ela tem, bem ou mal, mais bem do que mal, cumprido a sua missão, que é a de defender a sociedade paranaense.

Então, o melindre não foi da Polícia Civil, mas do Delegado Presidente da Associação dos Delegados do Paraná, e candidato do PMDB, segundo informações que recebi. Quer dizer, está colocando acima dos interesses da classe, da Polícia Civil do Paraná, os seus interesses pessoais, de candidato.

Está, aqui, o trecho que, talvez tivesse provocado este melindre: "(Lê) "... se este Estado tiver que ficar com a segurança, com o respeito que deve infundir a classe policial, pelo desrespeito que ela está demonstrando, hoje, neste Plenário, infelizmente estamos mal". Estão aqui as notas taquigráficas do pronunciamento desse eminente e grande Deputado da nossa Bancada, que é o Deputado Antônio Facci. Eu passarei às mãos de quem quer que seja, até às mãos do próprio Delegado Presidente da Associação dos Delegados do Paraná, para ver se aqui contém alguma coisa ofensiva à Polícia Civil do Estado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agora, o que nós não podemos, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, é aprovar emendas que, segundo o nosso entendimento, ferem a Constituição. Outras já estão previstas na própria Constituição; outras, ainda, fruto da demagogia que tem sido semeada neste episódio, pelo Deputado José Tavares.

Vejam que não houve, absolutamente, má vontade da nossa Bancada, porque nós aprovamos sete emendas do nobre Deputado Gabriel Sampaio. Justas. Aprovamos duas emendas do nobre Deputado Nelson Buffara. Justíssimas. Aprovamos duas emendas do nobre Deputado José Tavares. Justíssimas. Aprovaremos a emenda 42, também de autoria do nobre Deputado José Tavares, embora a nossa Assessoria Técnica tenha recomendado a sua rejeição, mas a Bancada do PDS, examinando a emenda, que diz: "Fica assegurado ao Policial Civil que tenha sido vítima, ou venha sê-lo, de acidente, quando no exercício de sua função, e desse acidente resulte invalidez, o direito à aposentadoria integral, com proventos correspondentes à remuneração total do cargo efetivo, acrescido das vantagens previstas nesta lei." Justíssima a emenda, sobretudo humana, esta do nobre Deputado José Tavares. Evidente que as emendas desta natureza, a nossa Bancada não pode rejeitar.

Agora, emendas que visem beneficiar grupos dentro da Polícia Civil, essas não somos obrigados a aceitar e não aceitaremos, Sr. Presidente, porque temos também a nossa responsabilidade perante a coletividade paranaense. E não serão ameaças feitas a Deputados do PDS, na tarde de ontem, como aquelas: "venham nos pedir votos depois..." que mudam o nosso comportamento.

Eu jamais pedi votos a quem quer que seja, não só a Polícia Civil, mas a qualquer paranaense. Porque o voto é uma coisa tão sagrada que não pode ser pedida, tem que ser dada...

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei aparte a Vossa Excelência, antes porém concederei aparte ao nobre Deputado Fuad Nacli.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu aguardarei, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Tão logo conclua o meu pensamento darei aparte a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, as ameaças proféticas, ontem, aqui, contra a Bancada do PDS não nos atemoriza. Porque o voto é uma coisa tão sagrada, é um direito inerente à condição humana, que deve ser dado por convicção e não porque alguém foi favorecido por alguém. Não porque o Deputado votou emenda absurda que beneficiou poucos funcionários, mas deve ser dado com a consciência tranqüila, deve-se votar naqueles homens autênticos que, realmente, sabem honrar e dignificar a representação popular. Esse é meu entendimento.

Por isso, desafio quem quer que seja a dizer que eu tivesse, em toda a minha vida política, pedido voto. Faço a minha propaganda eleitoral, a minha plataforma eleitoral, o que pretendo fazer no Poder Legislativo. E deixo à consideração do eleitor.

Evidentemente, os votos que receber da Polícia Civil me honrarão, porque é uma classe digna. Convivi com essa classe quando fui Diretor do Serviço de Trânsito, em 57 e 58 e pude avaliar de perto os bons e os maus elementos da Polícia Civil. É evidente que os votos que, eu, porventura, receber da Polícia Civil, me honrarão muito. Mas, não modificarão, absolutamente, a minha linha de conduta, neste Poder Legislativo.

Acho que este meu pensamento é o pensamento da Bancada do PDS, nesta Casa.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei aparte a Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concederei aparte ao Deputado José Tavares e, em seguida, ao Deputado Fuad Na-

cli.

Concedo aparte ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Nobre Deputado, apenas para recolocar, aqui, a verdade e reafirmar alguns fatos.

Tenho sido o Deputado que mais critica a Polícia nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência tem sido o Deputado que, constantemente, chama a Polícia de corrupta, de desonesta e de violenta.

O SR. JOSÉ TAVARES — Tenho sido o Deputado que tem tido a coragem e também a noção e o senso da responsabilidade de, aqui, apontar muitos e muitos atos praticados por maus policiais, que, realmente, mancham, denigrem, a imagem de uma Instituição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gostaria de interromper o aparte de Vossa Excelência...

O SR. JOSÉ TAVARES — ... não é isso que está em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência deveria dar os nomes dos policiais, dos maus policiais.

O SR. JOSÉ TAVARES — Gostaria que Vossa Excelência respondesse a agressão que a sua Bancada cometeu, ontem, contra os policiais, aqui no Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É outro episódio.

O SR. JOSÉ TAVARES — É outro, não, é o episódio de hoje, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É outro episódio.

O SR. JOSÉ TAVARES — Não venha Vossa Excelência querer trazer aqui, hoje, palavras que dissemos e que confirmamos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. JOSÉ TAVARES — Acho que Vossa Excelência devia justificar o ato de selvageria...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, acho que vou cortar o aparte.

O SR. JOSÉ TAVARES — Acho que Vossa Excelência devia justificar o ato de selvageria praticado pela sua Bancada, contra a Polícia Civil aqui, ontem, no Plenário!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa o nobre orador, que está encerrada a hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 90, 91/81, 35/82, 61 e 173/81, constantes da Ordem do Dia de hoje. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 148/81, em Redação Final na sessão de hoje. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

De conformidade com os requerimentos de preferência de discussão e votação acima aprovados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 90/81, que cria o Município de Turvo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. O Sr.

1.º Secretário procederá a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados)
(É feita a segunda chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 42 Srs. Deputados.
Há “quorum” para deliberação.

Em votação Redação Final do Projeto de Lei n.º 90/81. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 91/81, que cria o Município de Cantagalo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 148/81, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 35/82, que dá nova estrutura ao quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 39/81), que dispõe sobre novo Estatuto da Polícia Civil do Estado. (Anexa Mensagem Aditiva n.º 50/82). (APROVADO O PROJETO NESTE TURNO, POR APRECIAR AS EMENDAS). Parecer FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL. — COM EMENDAS — E EMENDA DE PLENÁRIO.

Em votação a Emenda n.º 39/81. — Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Senhor Presidente, requeiro esta Questão de Ordem porque Vossa Excelência coloca em votação a Emenda n.º 39, que na Sessão de ontem também fora colocada em votação, que visa alterar a redação do Artigo 95, § 3.º do Projeto de Lei que estatui o Estatuto da Polícia Civil, que diz o seguinte:

“Os titulares da Assessoria Técnica da Polícia Civil, da Escola de Polícia Civil, e da Divisão de Polícia Científica, serão escolhidos dentre os ocupantes das classes mais elevadas das carreiras policiais civis de nível universitário”.

E o parágrafo 4.º deste artigo, do texto original, privatiza o cargo de Diretor da Divisão de Polícia Científica, aos Delegados de carreira.

Na realidade, o que nós buscamos com esta emenda, juntamente com as demais emendas, de n.º 24, todas estas 24 emendas foram aprovadas por unanimidade pela Comissão Especial, presidida pelo Deputado José Domingos, relatadas por este Deputado, e composta por outros Deputados do PDS e do meu Partido, sendo que esta Comissão tem como maioria a representação do Partido do Governo. Portanto, o que se busca nesta emenda e nas demais 23 emendas, é exatamente, aperfeiçoar o texto original e foram todas, Sr. Presidente, analisadas

sob o aspecto de mérito e de constitucionalidade. Portanto, não procedeu as palavras do Deputado Erondy Silvério quando vem falar que algumas dessas emendas nem constitucionais eram, porque a Comissão as entendeu como constitucionais.

Agora, na Sessão de ontem, quando colocada em votação esta emenda, este Deputado pediu regimentalmente, para encaminhar a votação da mesma e este direito me foi negado pelo Presidente, em exercício, Deputado Gilberto Carvalho, sob alegação de que se tratava de matéria vencida. As notas taquigráficas da Sessão de ontem, mais especificamente da parte em que nesta oportunidade estou me referindo, diz o seguinte: — “Sr. Presidente Gilberto Carvalho — em votação a Emenda número 39” que é esta que está sendo analisada agora — “Aprovada” — “Sr. Deputado José Tavares — Pela Ordem. Para encaminhar a votação. O Sr. Presidente Gilberto Carvalho — É matéria vencida”. Conseqüentemente, diante desta posição do Presidente desta Casa no dia de ontem, em exercício, ao declarar que a matéria era vencida, no nosso entendimento, ele quis ditar, dizer, através da sua palavra que a matéria estava vencida e que não cabia não só encaminhamento de votação como também não caberia qualquer outra arguição.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o que está nas notas taquigráficas é o que na realidade aconteceu. Anunciei que a matéria já havia sido votada e que não caberia encaminhamento de votação, caberia sim, se quisesse e entendesse o nobre Deputado José Tavares, pedir a verificação de votação e que não caberia porquanto já estava votado. Foi esta a informação que eu dei.

O SR. JOSÉ TAVARES — Estou com a Questão de Ordem e peço a Vossa Excelência que me permita concluí-la. Para dizer exatamente o seguinte: que se efetivamente estivesse em fase de verificação de votação este Deputado teria concordado — mas não estava. Tanto que entre a palavra do Presidente aprovada e a minha palavra não houve pedido de verificação de votação. Não houve pedido algum a não ser o meu de encaminhamento de votação quando o Presidente em exercício — Deputado Gilberto Carvalho — negou sob alegação de que se tratava de matéria vencida, conforme consta nas notas taquigráficas em minhas mãos. Por conseguinte, Sr. Presidente, quero apelar a Vossa Excelência para que me restabeleça o direito de encaminhar a votação desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado José Tavares, que segundo o seu entendimento o Presidente, em exercício, Deputado Gilberto Carvalho, ao afirmar que se tratava de matéria vencida, era com relação ao encaminhamento de votação. E esta Presidência já proclamou o resultado e informa ao nobre Deputado José Tavares...

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa decidindo. A Mesa está decidindo a sua Questão de Ordem. E a Mesa reforçada no que diz a própria Ata dos trabalhos desta Casa aprovada por unanimidade, a seguir a Presidência procede verificação de votação da Emenda n.º 39, realizada a mesma é constatado o seguinte resultado: 23 Srs. Deputados rejeitam, e 2 Srs. Deputados aprovam. Não há “quorum” para votação mas tão somente para continuidade da Sessão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que a emenda já está rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Ainda estou apelando a Vossa Excelência para o que conste das notas taquigráficas seja cumprido. É matéria vencida, foi o que proferiu o Presidente, ele sentenciou. Na medida em que ele não permite encaminhamento de votação, ele não permitiu também Sr. Presidente, que fosse verificado o “quorum”, porque ninguém requereu verificação de “quorum”. Vossa Excelência, para que Vossa Excelência possa entender a minha afirmação, ainda o Deputado Erondy Silvério em determinado trecho na Sessão de ontem afirmara que teria solicitado verificação de votação. E pelas notas taquigráficas que hoje tivemos oportunidade de examinar, o nobre Deputado Erondy Silvério não havia requerido verificação de votação.

Por conseguinte entendemos Sr. Presidente, que ao pronunciar o resultado de matéria vencida o nobre Deputado, Presidente, em exercício, Gilberto Carvalho, proferiu o resultado definitivo e acabado, como sendo que a Emenda 39 já havia sido aprovada e contra esta decisão não caberia mais nada.

E este Deputado se curva diante desta decisão. Quer saber se esta Casa vai cumprir ou não a decisão.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado José Tavares, tão logo em seguida o Deputado Erondy Silvério pela ordem levantou a questão, não cabe a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado José Tavares, porquanto já está em fase de verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, não estava porque ninguém havia requerido Sr. Presidente. Para estar em verificação de votação o Deputado não teria que requerer a verificação, Sr. Presidente?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O que eu falar agora aqui não sairá na gravação porque não está ligado o som. Na hora em que o Presidente da Mesa declarou aprovado eu pedi verificação de votação, quando o Deputado José Tavares pediu a Questão de Ordem para encaminhamento de votação. E vê Vossa Excelência, que logo em seguida eu digo que não cabe a Questão de Ordem porque estava em processo de verificação de votação que pode ser pedida a qualquer instante antes que se passe à matéria seguinte.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, é exatamente sobre isso. Ninguém havia requerido verificação de votação, Sr. Presidente. Entendo como fase de verificação de votação quando algum Deputado requer verificação de votação e nenhum Deputado requereu. E o Presidente proferiu o resultado, sentenciou o destino da emenda. Se por acaso o nobre Líder Erondy Silvério cochilou naquele instante, eu não tenho culpa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Nobre Deputado José Tavares, a decisão da Mesa é definitiva e a Ata dos trabalhos comprova aquilo que a Mesa está decidindo.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente eu estou tendo, se Vossa Excelência me permite, Questão de Ordem, Vossa Excelência me permite continuar minha Questão de Ordem, Sr. Presidente?

Estou tendo o cuidado de discutir este assunto de forma clara, objetiva, porque muitas vezes Sr. Presidente, as notas taquigráficas não conseguem captar o que é dito às vezes até por deficiência do sistema de som.

Eu me recordo ainda, me recordo como se fosse agora, que ao proferir o resultado como sendo matéria vencida diante da nossa arguição de encaminhamento de votação desta emenda, o Deputado Gilberto Carvalho, Presidente em exercício, dissera o seguinte: “É matéria vencida e colocou em seguida em votação a Emenda de n.º 40.” Tanto que isto é verdade, que colocou em seguida já a emenda seguinte. Então a minha preocupação é de que estamos aqui, todos, creio eu, para fazer as coisas com seriedade, para não brincar com coisas sérias...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nos termos do artigo 97 do

Regimento Interno, visando o bom andamento dos trabalhos da Casa, não podemos permitir que o nobre Deputado José Tavares que tumultuou a Sessão de ontem, continue tumultuando com Questões de Ordem que não tem cabimento.

Ontem quando anunciava aprovado, ele tentava tumultuar levantando a questão da emenda n.º 38, que nada tinha a ver com o caso. E o Deputado Erondy Silvério pediu verificação de votação e eu fui proceder a verificação de votação. Ele tentou tumultuar porque tinha medo de ver o seu resultado, de ver quem votaria a favor, quem votaria contra. Não houve cochilo de ninguém e sabemos muito bem o que estava fazendo. Está aí. Além das notas taquigráficas, está o som que poderá constatar a nossa posição e que Vossa Excelência que está consciente de que foi feito, que submeta à apreciação para ver o resultado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, apenas para concluir a minha Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta, mas informa ao nobre Deputado José Tavares que está rejeitada a emenda.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Só queria também marcar a minha posição com relação à matéria, esta Questão de Ordem. E acho que a Ata foi lida e traduz o resumo dos fatos verificados aqui na Casa. Agora o que traz também, detalhadamente, os fatos, os incidentes que se passaram aqui, são as notas taquigráficas. Então para que Vossa Excelência possa decidir a Questão de Ordem, Vossa Excelência terá que ser levado às notas taquigráficas, quando o Sr. Presidente declarou aprovada a matéria. Então diz: ... “O JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Para encaminhar a votação.

O Sr. Presidente, Gilberto Carvalho disse: — É matéria vencida.

Em seguida, o Sr. José Tavares:

— O Sr. pulou a Emenda n.º 38.

O Sr. Deputado Erondy Silvério disse:

— Sr. Presidente, não cabe a Questão de Ordem levantada

pelo nobre Deputado José Tavares, em fase de verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Invocando o Regimento Interno da Casa, estou encaminhando aqui, de forma disciplinada, a votação de emendas uma a uma, até Vossa Excelência que verifique que depois da 37 vem a 39."

Então, logo em seguida, quando deu matéria vencida, é fato consumado. Não há mais o que discutir, não há mais o que votar. De forma que...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Nobre Deputado Lineu Turra, Vossa Excelência...

O SR. LINEU TURRA — ... só isto que queria, só marcar a minha posição. Vossa Excelência eu respeito e acato a decisão. Só quero marcar a minha posição que estou convencido, de acordo com as notas taquigráficas, de que a matéria é vencida, estava votada, perfeito e acabado. Estava aprovada. Não havia mais porquê pedir verificação de votação, desde que, em seguida, foi negada a palavra ao Deputado José Tavares, porque já se tratava de matéria vencida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Baseado nas próprias notas taquigráficas, onde se lê: "eu mais uma vez faço um apelo, vamos proceder a verificação de votação da Emenda n.º 39, que estava em processo de verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda n.º 39, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se. Dois Srs. Deputados aprovam, 23 Srs. Deputados rejeitam." As próprias notas taquigráficas provam isto. Está rejeitada a emenda.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sou obrigado a voltar ao mesmo assunto. Vossa Excelência acaba de ler uma coisa que não tem nada a dizer com relação ao caso que estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 40.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Da mesma forma invoco nova Questão de Ordem, está em processo de verificação de votação na Emenda n.º 40. Vossa Excelência já colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Ele está encaminhando a votação da Emenda n.º 40. Está com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a Emenda de n.º 40, está intimamente ligada à Emenda de número 39. É impossível falar sobre a Emenda 40 sem tecer comentários, consideração, sobre a Emenda n.º 39. Uma está imediatamente ligada à outra. E a nossa preocupação quando, com veemência, lutamos ou defendemos o direito de encaminhar à votação da 39, o foi pelo simples fato de que entendemos que para submeter uma emenda à apreciação dos Srs. Deputados, há alguém, — e neste caso este Deputado se propôs, já que é relator da Comissão Especial, a trazer a este plenário algumas informações relacionadas com a mesma. Por conseguinte, e infelizmente, diante do fato de que esta Presidência não cumpriu uma decisão do Plenário por unanimida-

de, quando pedia que o projeto, a emenda aditiva e as demais emendas voltassem à Comissão Especial, é que nós tivemos o cuidado, o zelo e até a persistência de encaminhar à votação daquela emenda em que prestamos veredito (?), porque fato anterior já nos autorizava a ter este procedimento.

Infelizmente, nesta Casa, muitas coisas são decididas e não são cumpridas. Aliás, isto é muito comum nos dias de hoje. Este País é o País das leis que não são cumpridas. Isto não é novidade. Na medida em que o Plenário aprova por unanimidade, uma medida, um requerimento de um Deputado, e esta medida aprovada por unanimidade não é cumprida. Ninguém aqui nesta Casa teve a coragem ou a dignidade de exigir o seu cumprimento. Portanto a Emenda n.º 40, ela é relacionada com a 39. E eu vou, Sr. Presidente, aduzir aqui algumas considerações a respeito da referida emenda, que antecipadamente já sei, porque o líder do Governo já anunciou ser rejeitada pela sua bancada que é majoritária nesta Casa.

A Emenda 40 visa suprimir no parágrafo 1.º do artigo 295, a expressão: "Da divisão de Polícia Científica".

Visa suprir, do parágrafo 1.º do artigo 295, a expressão "da Divisão de Polícia Científica".

E o que diz, Sr. Presidente, este parágrafo? Ele privatiza a ocupação deste cargo de Diretor da Divisão de Polícia Científica, a Delegado de Polícia de Carreira.

"O Projeto de Estatuto da Polícia Civil diz que o cargo de Chefe da Divisão de Polícia Científica, deverá ser exercido exclusivamente por Delegado de Polícia de Primeira Classe."

A nossa emenda prevê que tal chefia deverá ser também aberta aos policiais de nível superior de Polícia Científica, dos Quadros da Polícia Técnica e do Instituto Médico Legal.

Entendendo que Delegados de Polícia têm também, condições de chefiar tal divisão e atualmente ela é chefiada por um Delegado de primeira classe; não se pode negar que os peritos oficiais da Polícia Científica, tais como, peritos médicos, engenheiros, advogados, economistas, professores, biólogos, químicos etc., por sua especialidade no campo técnico-científico-policial, não podem e nem devem ser impedidos de dirigir os órgãos onde atuam e a divisão que coordena tais órgãos. Pois ninguém melhor que eles conhecem, profundamente, todos os seus mistérios.

Se aos órgãos da polícia científica, compete o exame de corpo de delito, com a finalidade de fornecer os elementos de provas materiais de convicção científica no curso das investigações, bem como a realização de pesquisas sobre medicina legal, criminalística e ciências afins, temos que convir que a possibilidade de acesso desses profissionais à chefia de sua própria divisão, não é senão imperativo da mais alta justiça.

Não há dúvida de que a situação criada pela redação atual do Estatuto, é injusta para os peritos oficiais, não há a menor dúvida, sobre tudo quando se sabe que vários, entres eles, são professores titulares, assistentes e adjuntos, da Universidade do Paraná. Dispondo de um cabedal de conhecimentos técnicos, científicos e administrativos, por vários anos experimentados e aperfeiçoados na administração pública.

Citaria como exemplo destas autoridades, a figura de Hernani Simas Alves, Hernani Costa Straube, Helias Zacarias, Dilermando Brito Filho, Fernando Silveira Pixeti e o saudoso Moacir Camargo Martins. A classe de peritos oficiais, de forma alguma se opõe a que esta chefia possa ser exercida por delegados de polícia, pois atualmente o é, porque reconhece que dentre eles muitos há que reúnem atributos de saber, para tal. Mas reconhece, de outra parte, que o perito oficial, pela sua formação, reúne qualidades para concorrer em condições de igualdade, ao acesso e ocupação do cargo de chefe da Divisão de Polícia Científica.

O que buscamos com a nossa emenda, é simplesmente abrir um leque para que homens do gabarito, da capacitação profissional, da dignidade pessoal destes que aqui citei, de um Hernani

Simas Alves, de um Helias Zacarias, de um Dilermando Brito Filho, homens, profissionais reconhecidos pelo Brasil afora, possuem também ter o direito de pelo menos um dia poder vir a ocupar a chefia do mais alto cargo que ele pertence.

O que nós não admitimos é a privatização, é tornar privativo de Delegados de Polícia de Primeira Classe a ocupação de tal cargo.

Não que tenhamos alguma coisa contra os Delegados. Absolutamente. Acharmos que a Polícia tem Delegados em condições de ocupar tal cargo, pois atualmente um dos Delegados de primeira classe ocupa.

Mas, o que nós não admitimos e não podemos aceitar é que fique fechado nos termos constantes do texto original privativo ao Delegado de Polícia de carreira. Por conseguinte, em nome da Polícia científica do Paraná, órgão que o Paraná e todos nós nos orgulhamos, é que nós temos uma posição favorável aprovando esta emenda, que é de nossa lavra, mas, que é o consenso e o entendimento da Comissão Especial, é que nós estamos neste momento defendendo a sua aprovação e fazemos um apelo para que os Srs. Deputados do Governo desta Casa sigam a nossa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa as galerias que não são permitidas manifestações nem contra nem a favor, em cumprimento ao Regimento Interno é que eu faço este apelo aos Senhores.

Em votação a Emenda n.º 40. (Lê):

"EMENDA N.º 40

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

No § 1.º do artigo 295, SUPRIMA-SE a expressão:

"da Divisão de Polícia Científica"

Sala das Comissões, em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: LINEU TURRA e ANTÔNIO COTRIM

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram se conservar como estão. — Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita aos Srs. Deputados que queiram tomar os seus lugares a fim de proceder a verificação de votação proferida.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados aprovam; 28 Srs. Deputados rejeitam.

— Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 41. (Lê):

"EMENDA N.º 41

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

No artigo 295, substitua-se a expressão final, "de preferência ocupante de cargo de Delegado de Polícia de classe mais elevada", por:

"OCUPANTE DE CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA".

Substitua onde houver a expressão, "classe mais elevada", por:

"1.ª (primeira) classe"

Sala das Comissões, em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: LINEU TURRA e ANTÔNIO COTRIM

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação.

Peço a Vossa Excelência que faça chegar as minhas mãos o Projeto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de dizer para que fique registrado na Ata dos trabalhos, na sessão de hoje, que ao requerer o encami-

nhamento de emenda por emenda na tarde de ontem, e na tarde de hoje, estou não só exercitando um direito regimental, como também, cumprindo com um dever para o qual fui chamado, já que o Regimento me permite que na qualidade de relator, encaminhe emenda por emenda, porque, é este o rito que o Regimento estabelece.

É que na tarde de ontem tivemos o cuidado usando o trabalho e a paciência de agir de tal forma. E na tarde de hoje, estamos fazendo a mesma coisa, porque, entendemos que este assunto, Estatuto da Polícia Civil, emendas da Comissão Especial são assuntos da mais alta seriedade e que, portanto, terão que ter de nossa parte todo o nosso cuidado e a nossa dedicação.

A Emenda que hora está submetida à votação e que leva o número 41, diz o seguinte, Sr. Presidente. No artigo 295 do texto original, substitua-se a expressão final: "de preferência ocupantes de cargo de Delegado de Polícia da classe mais elevada", por: "ocupante de cargo de Delegado de Polícia". Substitua-se, onde houver a expressão: "classe mais elevada", por "primeira classe". Sala das Comissões, José Tavares, Deputado Estadual.

O Artigo 295 do texto, diz o seguinte: "O cargo de provimento em comissão de Diretor da Polícia Civil, símbolo DAS-2, que, por esta lei, passa a denominar-se "Delegado Geral de Polícia Civil", será exercido, obrigatoriamente, por Bacharel em Direito, de preferência por ocupantes de cargo de Delegado de Polícia de classe mais elevada".

Fala o artigo do texto original "de preferência por ocupante de cargo de Delegado de Polícia de classe mais elevada". Isto significa que delegado possa vir ocupar tal cargo, mas, qualquer outra pessoa que não seja delegado, desde que seja bacharel em direito, também pode vir a ocupá-lo. E aonde entra a nossa emenda? Talvez a emenda mais polêmica dessas 24 emendas que a Comissão aprovou, e a única emenda de Plenário de nossa autoria. Por quê? Porque nós não podemos, Sr. Presidente, não podemos, de forma alguma, entender que, dentre uma categoria de, aproximadamente, 400 delegados de carreira, não se tenha um que possa ocupar, privativamente, o cargo mais elevado da sua instituição.

Um Parlamentar, uma autoridade, que quer retirar, curar os quistos que contaminam o corpo de uma instituição, é porque quer um corpo sadio, um corpo sério e um corpo limpo. E por quê a Secretaria de Segurança Pública não oferece instrumentos para evitar tais desvios? Fazemos este parêntesis, para poder responder às afirmativas que o nobre Líder fez no horário da Liderança do seu Partido, dizendo que este Deputado, em algumas oportunidades, criticou a instituição policial. Isto é verdade. Sempre o fizemos, fizemos publicamente, através do rádio, da televisão, do jornal, na CPI da "Violência Urbana" no Senado da República, sempre o fizemos porque nós temos um compromisso com a verdade, temos um compromisso com uma Polícia sadia, com uma polícia séria, Sr. Presidente...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O inciso 7.º do art. 25 do Regimento Interno está sendo desrespeitado pelo orador que se encontra na Tribuna.

O SR. PRESIDENTE — Tem razão. A mesa sugere ao nobre Deputado José Tavares, para que se atenha à matéria que está em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Por conseguinte, Sr. Presidente, continuando, ao mesmo tempo em que, cumprindo com um

dever para o qual chegamos a esta Casa, temos violentas críticas a muitos maus policiais espalhados pelo Paraná, civis alguns, militares outros, no cumprimento do nosso dever, porque nós estamos aqui para defender os mais legítimos interesses do povo.

E, na medida em que o Parlamentar, o homem que pede votos em praça pública em época de eleição, chega a este Poder, e tomando conhecimento de irregularidades, de corrupção, de arbitrariedades, de desvios...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa apela ao nobre Deputado José Tavares, que se atenha à matéria que está em votação, em cumprimento ao disposto no § 7.º do artigo 25.

O SR. JOSÉ TAVARES — Se omite este Parlamentar.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, ao encaminhamento da matéria importa em perquirir questões subjacentes.

O Deputado José Tavares está, naturalmente, adentrando à matéria que é pertinente.

Por isso, discordo da Questão de Ordem do Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa apela, mais uma vez, ao Deputado José Tavares que se atenha ao encaminhamento da matéria que está em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, estou falando sobre a instituição policial como um todo. Tenho o direito de analisar as suas deficiências. E também tenho o direito — como estou fazendo agora — de analisar daquilo que ela precisa para melhorar o exercício de suas atividades.

Por conseguinte, quero apenas, porque acho que é meu dever, dizer que, muitas e muitas vezes, e continuarei daqui para frente, denunciando todas as irregularidades que maus policiais praticaram contra a sociedade mas também contra sua própria instituição e contra qualquer tipo de funcionário público graduado ou não, que venha praticar irregularidades, este Deputado estará sempre levantando a sua voz contra esse tipo de coisa.

Mas, ao mesmo tempo em que critiquei maus policiais, nesta Casa, de forma pública, venho defender, apresento uma emenda, que gostaria de ver o tratamento e o entendimento dos nobres Deputados do PDS, com exceção do Deputado José Domingos, que já deu sua posição favorável, o que quer essa Emenda é valorizar a classe dos Delegados de Polícia de Carreira, à qual, com muita honra, servi durante oito anos. É dar a essa Classe, Sr. Presidente, pelo menos a condição mínima de ter o direito de ver um seu membro a dirigí-la.

Porque, se a partir deste instante, o cargo de Diretor da Polícia Civil passa a denominar-se Delegado Geral de Polícia, não podemos entender que alguém que não é Delegado possa vir a ocupar o mais elevado cargo de Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná.

Queremos que esse cargo seja privativo, que esse cargo seja dos Delegados de Polícia de carreira, não de primeira classe, porque não podemos fazer discriminação, mas de qualquer das quatro categorias, dentro da Polícia Civil, mais especificamente da carreira de Delegado.

É por esta razão que, nesta hora, ao reconhecermos que, muitas vezes temos usado palavras pesadas contra muitos policiais, temos sido candentes, contra policiais que cometem erros, que denigrem a Instituição, porque a Instituição policial é altamente necessária para a vida em comunidade.

Estamos aqui apelando ao bom senso, ao espírito público dos Deputados do Governo, para que caminhem comigo nesta Emenda, para que dêem aos Delegados de Polícia de Carreira, o

direito de ocuparem o mais alto cargo da Corporação.

Podem alguns Parlamentares do PDS dizer: "mas o atual Diretor da Polícia Civil é um Delegado de Carreira". Sim, que o é, no futuro poderá não ser. A Polícia Civil já foi dirigida por Coronel da Polícia Militar, por Procurador da Justiça, e, muitas poucas vezes ela foi dirigida por Delegados de Carreira.

Queremos, Sr. Presidente, que a Polícia Civil do Paraná seja, privativamente, dirigida por Delegado de Carreira, e esse é o anseio de todos, dentre os quase 400 delegados que ela possui.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação a Emenda.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendemos que entre os 400 Delegados de Polícia de nosso Estado, existem profissionais da mais alta competência, conhecedores profundos do mister policial civil, homens honestos, decentes, com linha reta de conduta e, por isso mesmo, com condições plenas de exercerem a mais alta função dentro da sua organização: a Polícia Civil.

A Polícia Civil, ao longo de sua história, teve como diretores, Delegado de Polícia, em número até mesmo reduzidos, foram cinco Delegados de Polícia que tiveram a honra em alçar ao posto máximo de sua organização.

O atual Diretor da Polícia Civil Hermes Machado Mattos, um Policial civil de escol, respeitado em todo o Paraná e chegando inclusive a, numa cidade do interior, Maringá, receber o Título de Cidadão Honorário pelos relevantes serviços prestados à comunidade; o Dr. José Carlos Brando; o Dr. Levi Lima Lopes, que foi um exemplo como Diretor da Polícia Civil, tendo exercido essa função em duas oportunidades; o sempre lembrado Delegado de Polícia Rui Rabello Vieira; e o Dr. Walfredo Piloto. Todos esses Delegados, quando chegaram à condição de Diretores da Polícia Civil, demonstraram um trabalho eficiente, dando normas perfeitas à execução do policiamento civil, em todo o Estado do Paraná. E nós nos posicionamos favoravelmente à Emenda apresentada, não agora, em Plenário, mas, lá mesmo na Comissão Especial que presidíamos, quando de reuniões na presença de representantes das diversas Associações de classe, já dizíamos que, realmente, entendíamos que, a Direção do órgão deveria ser entregue a um Delegado, principalmente porque no próprio Estatuto a denominação estava mudando de, Diretor, para Delegado Geral. Então entendemos que, se é Delegado Geral, deve ser um Delegado de Polícia, um Delegado de carreira, e também entendemos que, a Emenda dá uma abertura total ao Sr. Governador, ao Sr. Secretário de Segurança, para a indicação de nomes de suas preferências, porque exclui a indicação "classes mais elevadas", todos os Delegados terão condições de chegar à posição de Diretor da Polícia Civil, por isto defendemos, na Comissão, defendemos, em vários pronunciamentos que apresentamos nesta Casa, a condição de o Diretor, futuro Delegado Geral pelo Estatuto, ser um Delegado de Polícia.

Falamos, em várias oportunidades aqui em plenário, falamos fora desta Casa e, hoje, novamente nos posicionamos com a Emenda apresentada e queremos também dizer que, muitas vezes, nesta Casa e mesmo fora desta Casa, no exercício da nossa atividade profissional como repórter ligado aos fatos policiais, condenamos atitudes inconvenientes, arbitrárias, indecentes de maus policiais que, lamentavelmente, ainda estão na classe policial - muitos deles punidos, outros já fora da Organização, mas isto não quer dizer que toda a Polícia do Paraná seja uma Polícia desorganizada, incapaz, corrupta, não! Nós temos desde os simples policiais, os auxiliares de necropsia, os motoristas, os datiloscopistas, os investi-

gadores que agora estão passando a detetives, os agentes de segurança, enfim, em todas as carreiras temos pessoas decentes, honestas, capazes e sempre dispostas a servir e a servir a comunidade paranaense. E entendemos seria uma grande vitória da classe Policial Civil, se tivesse em seu Comando, permanentemente e privativamente, um Delegado de Carreira, um Delegado de Polícia, hoje temos 400 Delegados, amanhã teremos mais porque está para surgir uma nova leva de nomeados na carreira de Delegado de Polícia. É por isto que defendemos esta Emenda com toda força e, se pudéssemos, gostaríamos que outros colegas também se posicionassem a favor desta Emenda!

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. FUAD NACLI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, nós pedimos a palavra para encaminhar a votação, com referência ao pronunciamento do ilustre Deputado e Repórter Policial.

Nós queremos deixar a nossa posição bem clara, nesta Casa, ontem não tivemos oportunidade, dentro do Pequeno Expediente.

Nós estivemos votando ontem uma Mensagem do Governo do Estado, e com a Liderança que temos nesta Casa, a do Deputado Erondy Silvério. Se aqui nós estamos, é porque nós optamos por um Partido, optamos e estamos numa legenda. Se nós não tivermos de votar uma Mensagem do Governo, nós ou iremos para casa, ou passaremos para o lado de lá!

Com referência às Emendas votadas ontem, nós tivemos a oportunidade de votar, entre as Emendas, em 7, do Deputado Gabriel Sampaio ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita ao nobre Deputado, que se atenha à votação da Emenda de n.º 42 que é o objeto de deliberação.

O SR. FUAD NACLI — Nós vamos nos ater à Emenda n.º 41, apenas pedimos para dizer que a emenda 41 não vai receber o apoio desse Deputado, nós vamos votar na emenda 42 e queremos deixar a posição bem clara e ao Delegado de Polícia, todo o nosso respeito, aos agentes de segurança que têm nos ajudado muito e um dos problemas mais sérios, não é a educação e nem a saúde. Hoje o nosso grande problema é a polícia e nós precisamos dar o Estatuto à Polícia Civil porque estamos vendo agentes de polícia e muitos delegados com necessidade de se aposentar.

Nós temos frente à União da Polícia, o Delegado que passou por Cascavel, o Deputado David Cherigate e o Delegado que hoje é o Presidente da União da Polícia Civil. Nós tivemos a oportunidade de conversar com ele, ainda na data de ontem e ele nos pedia por favor que déssemos o Estatuto, porque vem há mais de um ano se enrolando nesta Casa. Não vejo razão de Deputados da nossa Bancada, principalmente, aqueles que deram as suas emendas, fazerem média com os atuais delegados e agentes da polícia. Queremos deixar a posição bem clara. O desacato que recebemos ontem queremos dizer ao Presidente e aos delegados presentes que somos tanto homem como eles. Não temos medo ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa apela ao nobre Deputado que se atenha à matéria em votação.

O SR. FUAD NACLI — Não temos medo porque não somos

daqueles que têm duas linguagens. Lá na tribuna, quando não tem a polícia, chama a polícia de corrupta, chama todos de ladrão e não defende a classe que nos tem defendido.

E quero dizer aqui a todos os que estão na platéia lá em cima, nós vamos votar na emenda que será orientada pela nossa Bancada e não concordamos com nenhum Deputado da Situação, para votar nas emendas que não sejam da nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a Emenda n.º 41.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, mais uma vez, para fixar a posição da Bancada do PDS, exceção do nobre Deputado José Domingos que deve ter as suas razões pessoais de pensar como pensa. Problema de cada um.

Mas o pensamento da Bancada do PDS com relação a essa matéria, nós também não achamos a Polícia Civil uma Instituição falida. Nós nunca chamamos os policiais civis de corruptos, de ladrões. Sabemos que dentre os Delegados de Polícia, existem pessoas do mais alto preparo técnico e intelectual, homens que realmente tem capacidade de exercer a Diretoria da Polícia Civil. Entretanto, Sr. Presidente, nenhum cargo do Poder Executivo, nenhum, e isso esqueceu o nobre Deputado José Domingos e o Deputado José Tavares, nenhum cargo do Poder Executivo é privativo de classe nenhuma, da própria classe.

Então nós não estamos aqui para sermos agradáveis aos policiais que estão lá em cima, mas nós não podemos votar uma exceção, e a votação dessa Emenda, seria transformá-la numa exceção dentro dos Quadros do Poder Executivo Estadual. Nenhum cargo do Poder Executivo pertence à respectiva classe. Essa a razão principal do nosso posicionamento, mesmo porque o Estatuto diz, abre um leque, há uma opção.

Vejam o que diz: "... de preferência ocupante de cargo de Delegado de Polícia", e sempre tem sido assim. Na história da Polícia Civil quase todos os Diretores da Polícia Civil têm sido da própria Corporação, e as exceções que ocorreram foram sempre das mais felizes, foram homens que estavam também afeitos ao problema Policial do Estado. Portanto, esta prerrogativa do Chefe do Poder Executivo há de ser mantida no Estatuto, porque nós não podemos efetivamente votar uma exceção nesta Casa, detalhe que não lembraram os nobres Deputado José Domingos e José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a Emenda n.º 41.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu sei que Vossa Excelência, Sr. Presidente, também permitirá que eu faça o uso inclusive até, fugindo, embora rapidamente, do próprio assunto. Mas antes de mais nada, nós queremos registrar que vemos com satisfação que o Deputado José Tavares e também nesse específico caso, o Deputado José Domingos, acabam de, mais uma vez, ter unanimidade no trato deste assunto, porque sem desmero a nenhum dos demais, foram os que mais se preocuparam com a matéria. E por isso, devemos cumprimentar esses dois Deputados e até o faço a José Domingos, porque não o considero um "apresentador de debutantes" como há pouco foi acusado dessa tribuna.

Sr. Presidente, também há pouco a Liderança do PDS dizia, que no Executivo não há nenhum cargo em que há privacidade da categoria. Mas, se nós analisarmos o conjunto dos Poderes valor ver que inclusive no Judiciário, é até comum, como por exemplo a Procuradoria Geral da Justiça, em que é privativo dos ocupantes dessa função. E é óbvio portanto, que esta emenda tem uma procedência para evitar até que o Delegado Geral de Polícia como passará a ser chamado, venha a ser um coronel ou venha mais uma vez sofrer a influência do chamado "comando político maior" que acaba sendo exercido pelo interventor momentaneamente no Governo.

E por estas e outras razões, Sr. Presidente, é que, nós entendemos de ser efetivamente procedente este clamor da classe. Além do mais, acréscimo aqui, deve ficar bem claro perante os Anais da Casa que é típica esta emenda daquelas que não têm nenhum ônus para o Estado e portanto que os Deputados da maioria ou a Liderança, não venham argumentar que aqui tem que ter equilíbrio, porque tem conhecimento da situação econômico-financeira do Estado. Eis aí uma emenda típica de que não produz nenhum ônus para o Estado mas produz sim, vantagens para a categoria. É a valorização do profissional. E eu me entusiasmo ilustre Presidente, ao completar a minha argumentação, de ver a firmeza do Deputado José Tavares, que se ontem, anteontem, acusava da tribuna determinados casos nas suas especificidades de torturas, de corrupção, o fez e deve continuar a fazer. Porque quem cala consente. E como ele bem disse, quando ele procura extirpar os quistos que estão na verdade prejudicando a saúde do corpo da corporação, ele está querendo um corpo da corporação sadio, limpo, esta é, acima de tudo, a intenção de um Deputado como faz José Tavares. É retirar os quistos, porque as lideranças - e tenho certeza a maioria da categoria - também sabem que precisa fazer limpeza na sua área, aliás, até na categoria política também.

E por isso, Sr. Presidente eu concluo, de que é nestas horas, numa emenda desta em que há uma valorização da categoria sem ônus para os cofres públicos, em que nós temos que respeitar e admirar a posição de Deputados que se debruçaram sobre o assunto como todos os componentes da Comissão Especial, com o destaque para José Domingos e José Tavares, respectivamente, Presidente e Relator.

Esta é a posição que queria levantar, para que não venham aqui generalizar, Sr. Presidente, porque acima de tudo, conheço o amor à própria categoria policial que tem o Deputado Tavares e por isso deseja vê-la sadia, limpa, correta, extirpada daqueles que possam denegrir a categoria. Era isso e tomara que haja sensibilidade do outro lado e mais possam acompanhar o José Domingos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 41. REJEITADA.

O SR. JOSÉ TAVARES — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — a Mesa defere e procederá a verificação de votação.

11 Srs. Deputados a aprovam; 22 Srs. Deputados a rejeitam. — Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 42.

"EMENDA N.º 42
ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81
Acrescente-se no Art. 176 - Capítulo VIII, onde couber:

"§ ... Fica assegurado ao policial civil, que tenha sido vítima ou venha a sê-lo, de acidente quando no exercício de sua função, e desse acidente resulte invalidez, o direito à aposentadoria integral, com proventos correspondentes à remuneração total do cargo efetivo, acrescido das vantagens previstas nesta lei."

Sala das Comissões, em
(a) JOSÉ TAVARES.

Apoio: Lineu Turra e Antônio Cotrim.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação.

Esta emenda que passarei a encaminhar agora, é uma emenda aditiva, é uma emenda que visa acrescentar ao Estatuto um benefício que reputamos ser também um dos mais exigidos e clamados por toda a corporação. Já o sabemos será aprovado também pela Bancada do Governo, porque o Deputado Líder da maioria já o disse. Mas entendemos para que seja e fique registrado nos Anais desta Casa, gostaria de dizer de onde é que inspiramos o seu conteúdo. O espírito desta emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fomos buscar na nossa relativa porém intensa carreira de Delegado de Polícia do Paraná. O espírito desta emenda fomos buscar lembrando a nossa passagem, por várias Delegacias especializadas de Curitiba, por várias Delegacias do interior do Estado, por inúmeros exemplos concretos que vivemos durante esta nossa caminhada pela Polícia Civil do Paraná.

Reforçamos este nosso objetivo, nos dias atuais, quando temos assistido que policiais no cumprimento do seu dever têm sido vítimas de acidentes muitas vezes fatais, de acidentes muitas vezes temporais, e que na maioria das vezes esses policiais não recebem o devido tratamento.

Temos alguns exemplos, Sr. Presidente, exemplos de Agentes que foram baleados e ficaram permanentemente inválidos, alguns ficaram cegos, outros tiveram membros amputados, outros faleceram, outros ficaram até sem condições de movimentação, ficaram inamovíveis numa cadeira de roda. E é por isto, Sr. Presidente, que ao ler o texto por um todo, do Estatuto da Polícia Civil, o texto original e não tendo encontrado em nenhum dos seus artigos algum dispositivo que viesse atender, que viesse se preocupar com policiais civis vítimas de acidentes ou aqueles que venham a ser vítimas de acidentes, dando-lhes uma aposentadoria condigna, com todos os proventos integrais, vencimentos, vantagens e demais direitos relacionados ao cargo.

Esta emenda eu disse que nasceu da experiência que tivemos, nasceu do conhecimento, nasceu dos exemplos que vivemos durante a nossa caminhada e mais especificamente de alguns exemplos de policiais que conosco trabalharam e que hoje se encontram prostrados no leito de uma cama, prostrados numa cadeira de roda, outros já falecidos e as suas famílias completamente injustiçadas, porque não recebem uma aposentadoria ou mais uma pensão condigna a pessoa do seu ente querido que fora vítima em trabalho a serviço da comunidade.

Pedimos que se acrescente ao capítulo 8.º, a seguinte emenda: "fica assegurado ao policial civil que tenha sido vítima ou venha a sê-lo, de acidente, quando no exercício da sua função, e desse acidente resulte invalidez, o direito à aposentadoria integral, com proventos correspondentes à remuneração total do cargo efetivo, acrescido das vantagens previstas nesta lei. Esta emenda, Sr. Presidente, vem corrigir injustiças, distorções, erros gravíssimos que a própria Segurança Pública comete contra muitos dos seus policiais que hoje, porque foram vítimas de acidentes de serviço, não estão

na ativa do serviço policial.

Já disse muitas vezes aqui e o Deputado Erondy Silvério não foi à tribuna para repetir que não existe perda mais sentida por alguém nesta terra do que perder um ente querido. Não existe perda mais sentida do que um policial, ou qualquer pessoa do povo, perder um de seus membros, perder a sua visão, perder a sua audição. Em síntese ver privar de um direito natural, de uma liberdade natural, da forma como fora colocada no mundo.

E além da família, perder o seu ente querido que tomou no cumprimento do dever, que fora vítima cumprindo com o seu direito de trabalhar, perder ainda grande parcela de seu salário. Como é doído, Sr. Presidente, como fere a gente, como machuca os nossos corações, tomarmos conhecimento de familiares de policial que além de perder o seu ente querido, o seu chefe supremo da família, ainda vêem reduzida uma condição econômica das mais drásticas.

É com este espírito, relembando e honrando o tempo em que passei na Polícia, é que nos inspiramos, pessoalmente, a apresentar esta emenda.

Por conseguinte, já temos a palavra do Líder do Governo e a posição dos Srs. Deputados aqui nesta Casa bem o demonstra, porque não estão muito interessados em ouvir de que esta emenda será aprovada. Entendo que a sua aprovação é, nada mais nada menos, do que corrigir uma injustiça e atribuir justiça a quem ele merece.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 42.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao momento em que este Plenário vai deliberar sobre a última das emendas apresentadas aos Srs. Deputados, ao Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, quero manifestar em nome da Liderança do Governo e do Partido Democrático Social a nossa satisfação por vermos que esta classe terá, afinal, o seu Estatuto Jurídico próprio. A partir da definição deste Estatuto Jurídico próprio, terá as vantagens e os benefícios inerentes à sua atividade profissional.

Gostaria também de deixar de forma muito clara, de forma muito explícita, que em nenhum momento, deliberadamente ou não, o Governo ou o nosso Partido que dá sustentação política ao Governo, pretendeu causar qualquer dano à classe policial do Estado do Paraná.

Devo lembrar aqui que foram vários os entendimentos feitos até na fase da elaboração do anteprojeto de lei que se transformou em mensagem governamental entre o Poder Executivo e as entidades representativas da classe policial do Paraná e permito-me invocar, porque aqui está presente o testemunho do Dr. Renato Souza Lobo, ex-Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, porque com ele conversamos algumas vezes e levamos ao Sr. Secretário do Estado da Segurança Pública, e ao Governador Ney Braga, as reivindicações da Classe. Como da mesma forma, sem representar algum posicionamento pessoal, mas partidário e do Governo, estivemos reunidos no Instituto Médico Legal, para sabermos quais as posições que convinhassem aos médicos legistas e à polícia científica de uma forma global, e foram introduzidas alterações ainda na fase dos estudos, do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Portanto, quando maldosa e maliciosamente se pretende publicamente imputar ao Partido Democrático Social respon-

sabilidades que não são do PDS, responsabilidades que não podem ser assumidas por este Partido, porque as posições que aqui nós tomamos, foram de acordo, especialmente, com a compatibilidade necessária, não só na oferta dos benefícios, mas como também na possibilidade de atendimento para o Governo do Estado, e pelo Governo do Estado, à classe policial.

Quando se pretende imputar este tipo de responsabilidade, devo, em nome da Liderança do Partido Democrático Social, destacar com absoluta prioridade, como já afirmou da tribuna o Deputado Erondy Silvério, que nós nos preocupamos fundamentalmente em oferecer à classe policial do Paraná um Estatuto que realmente pudesse atender aos seus anseios, mas que ao mesmo tempo fosse compatível com as disponibilidades do Governo do Estado.

E nesta hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não queremos fazer nenhuma ilação sequer do atual posicionamento político-partidário do Presidente da Associação dos Delegados de Carreira, do Estado do Paraná. Não queremos fazer simplesmente porque queremos ter a mesma isenção que nós vimos tendo neste plenário, para defender o posicionamento partidário e governamental. Mas devo, a bem da verdade afirmar, como já disse em outra ocasião desta tribuna, de que setores da Oposição não podem oferecer ao PDS nem aplausos e nem rosas, Sr. Presidente, de setores da Oposição nós devemos esperar oposição. E bem sabemos hoje, que o posicionamento político-partidário do Presidente da Associação de Classe é nitidamente oposicionista.

Logo, estão explicadas as próprias declarações feitas hoje à imprensa, quando se faz, quando se pratica publicamente uma injustiça a um dos deputados deste Poder, o Deputado Antônio Facci. Ao votarmos, portanto, favoravelmente a esta derradeira emenda, Sr. Presidente, prestamos a nossa homenagem à classe policial do Paraná, e especialmente reconhecemos o empenho do Governo do Estado, em oferecer a esta classe o seu Estatuto próprio, que vai reger os direitos e as obrigações do policial do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 42.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada 40 Srs. Deputados, há "quorum" para votação.

Está em votação a Emenda n.º 42.— Aprovada.

O SR. FUAD NACLI (Pela ordem) — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta informar ao Deputado que é matéria vencida, já está aprovada por unanimidade da Casa.

Em votação a Emenda n.º 1, de Plenário. (Lê):

"EMENDA Nº 01 — DE PLENÁRIO
ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81
(ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL)

Inclua-se:

OK
Alcides

Leandro

Art. — Aos ocupantes de cargos privativos de portador de diploma de curso superior, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, fica atribuída a gratificação de produtividade no valor de Cr\$ 21.526,00 (vinte e um mil, quinhentos e vinte e seis cruzeiros).

Sala das Sessões, em
(a) JOSÉ TAVARES.

Apoiamento:

Gilberto Agibert Filho, Adalberto Daros, Trajano Bastos, José Domingos, Gernote Kirinus, Renato Bueno, Lineu Turra, Antônio Facci, Renato Bernardi, Nilton Friedrich, Waldyr Pugliesi, Fiori Luiz, Fidelcino Tolentino e uma assinatura ilegível."

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta é a única emenda de Plenário ao projeto e, conseqüentemente, de nossa autoria.

Quando elaboramos esta emenda, Sr. Presidente, o fizemos diante de uma análise que também procedemos, relativamente a este tipo de benefício que é a gratificação de produtividade, já existente na administração pública aos advogados, aos engenheiros, aos médicos, aos dentistas, e, portanto, entendíamos, e estamos a entender, que esta também deveria ser uma medida atribuída à Polícia Civil do Paraná. Porque a Polícia Civil do Paraná, a exemplo de outras instituições públicas, possui em seu quadro, muitas carreiras privativas de detentores de curso e diploma superior.

Então, entendemos, Sr. Presidente, que, por questão de equidade e de justiça, esta Casa deveria - e o momento é agora - entender-se que os policiais civis portadores de diploma de curso superior são merecedores da gratificação de produtividade, que já se atribui a outras categorias funcionais, deve ser aprovada. Queremos com esta emenda, queremos com seu espírito, corrigir injustiças, corrigir distorções que são muitas, dar um pouco mais de condições salariais aos policiais portadores de diploma de curso superior.

Foi este o nosso espírito, foi este o nosso entendimento, o qual submetemos à deliberação deste douto Plenário. O espírito foi única e exclusivamente, o de beneficiar, sem discriminação, sem distinção de sexo, de raça, de credo ou de convicções religiosas e políticas, todos os policiais portadores de diploma de curso superior.

Recentemente, o Sr. Governador do Estado, talvez tomando conhecimento desta nossa emenda, resolveu, através de um Decreto, que leva o n.º 4988, de 20 de abril do corrente ano, atribuir a gratificação de representação a um grupo de delegados de polícia de carreira.

Não somos contrários a esta medida instituída pelo decreto. Achamos que esses delegados são merecedores desta gratificação e deste reconhecimento. Mas, o que nós não podemos entender e aceitar é que inúmeros outros delegados de polícia, aqueles que trabalham no FUNRESPOL, aqueles que exercem outras atividades dentro da Polícia Civil, e que, por qualquer razão, não ocupam cargo de chefia, não tiveram, não receberam os benefícios do referido decreto.

Portanto, este decreto é meramente discriminatório. Se ele atende uma parcela dos delegados - o que entendemos justo - não atende uma outra grande parcela de delegados. Para que se tenha noção, este decreto atingiu 277 delegados apenas, e a Polícia Civil do Paraná possui 400 delegados de carreira.

Por conseguinte, como forma de corrigir esta última

injustiça discriminatória, praticada pelo Governador do Estado é que defendemos a nossa emenda, estendendo a todos os portadores de diploma de curso superior; delegados, médicos legistas, toxicologistas, peritos criminais, escrivães portadores de diploma de curso superior, e assim todos os policiais civis que portem diploma de curso superior, esta gratificação de produtividade.

É com este espírito que estamos defendendo esta nossa emenda e gostaríamos que os ilustres Deputados do PDS votassem conosco, ajudando a corrigir mais uma dentre as muitas injustiças que o Governo comete contra a Polícia Civil do Paraná.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a Emenda n.º 1. Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

6 Srs. Deputados a aprovam; 26 a rejeitam. **Rejeitada.**

Em votação a Emenda n.º 1, com Parecer contrário da Comissão Especial.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação.

Pediria a Vossa Excelência, Sr. Presidente, o rito que vai adotar em relação às emendas que a Comissão Especial rejeitou por considerá-las inoportunas e estranhas ao objeto em discussão, no caso o Estatuto da Polícia Civil, porque gostaríamos de requerer a Vossa Excelência, de forma regimental, que todas fossem colocadas em discussão, para que se pudesse justificar a posição de nossa Bancada com relação a essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que irá colocar em votação emenda por emenda, como prevê o Regimento Interno da Casa.

O SR. JOSÉ TAVARES — Então, Sr. Presidente, para que também possamos ter aqui um comportamento coerente, gostaríamos de repetir o nosso voto dado na Comissão Especial que analisou o Estatuto da Polícia Civil, com relação às Emendas números: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 24, porque tais emendas contrariam basicamente todos os textos legais e constitucionais, a par de envolverem matéria estranhas ao objeto legislativo - no caso o Estatuto - porque em sua maioria pretendem estender o agasalho desta lei aos integrantes de outra corporação que não a Polícia Civil do Paraná.

Por conseguinte, Sr. Presidente, diante do espírito dessas emendas a que me referi, nesta hora que não é o espírito de atender os interesses de outras corporações. O nosso posicionamento perante a Comissão, relacionado a essas emendas, foi o posicionamento contrário porque são inconstitucionais, porque são inoportunas e fogem do objeto em discussão. A nossa Bancada votará coerentemente com o voto que demos na Comissão Especial, ou seja, contrariamente. Antes porém, Sr. Presidente, gostaria, para que a verdade e a justiça prevaleçam nesta Casa, nesta hora, gostaria aqui de registrar o seguinte:

Muito foi dito hoje nesta Casa, contra a pessoa do ilustre Delegado José Maria de Paula Correia - Delegado exemplar,

policial correto, honesto, íntegro e idealista, Delegado que conhecemos de há muito, desde o nosso tempo, Delegado que, por duas vezes fora eleito com maioria absoluta de seus membros, à Presidência da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Paraná, e, por conseguinte, não poderíamos deixar passar aqui em "brancas nuvens", as palavras injuriosas e não verdadeiras proferidas esta tarde, por alguns Srs. Deputados, em especial pelo Sr. Líder do Governo, Deputado Erondy Silvério, contra a pessoa daquele ilustre Delegado Dr. José Maria!

Trata-se de um policial exemplar, de um policial que eu, como seu ex-colega, sempre procurei admirar; quando era colega de José Maria tínhamos um relacionamento muito estreito, conversávamos muito sobre a Polícia que nós gostaríamos que existisse no Paraná, conversávamos muito sobre como é que deveríamos lutar para melhorar as condições da Segurança Pública no Paraná. E não podemos, Sr. Presidente, apelo a Vossa Excelência, admitir, aceitar passivamente que um homem honrado como aquele que não é candidato a Deputado pelo nosso Partido ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa reitera a Vossa Excelência, nobre Deputado, que se atenha à votação da matéria em tela.

O SR. JOSÉ TAVARES — Concluirei, Sr. Presidente.

E que, se vier a ser candidato a Deputado, é um direito líquido e certo não só dele quanto de qualquer cidadão que esteja no uso e gozo ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, não está havendo o cumprimento do Regimento Interno. Peço também, a Vossa Excelência, que logo em seguida, assegure-me o mesmo tempo que Vossa Excelência assegurou ao Deputado Tavares, desviando-se do assunto-objeto da apreciação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa mais uma vez apela ao Deputado José Tavares, que, se atenha à discussão da matéria em tela.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Sr. Presidente, tenho a impressão que a Liderança do PDS não há que questionar Vossa Excelência quanto à reserva do mesmo tempo, porque, apenas o Deputado José Tavares está ocupando uma parcela do tempo que ocupou o Vice-Líder, Ailton Cordeiro, também fugindo totalmente do assunto.

Tão somente para estabelecer o mínimo de um critério. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, para concluir:

Gostaria que os Anais da Casa deixassem registrada a nossa gratidão, pela postura digna, correta e honrada com que o Dr. José Maria, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira, comportou-se durante a discussão, nesta Casa, do Estatuto da Polícia Civil, durante o tempo em que o Estatuto fora discutido e analisado pela Comissão Especial, e, dizer o seguinte, Sr. Presidente, para concluir ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, faça cumprir o Regimento Interno da Casa. Ou queria o Deputado Tavares que o Dr. José Maria participasse dos debates? Isto que ele queria?

O SR. JOSÉ TAVARES — Para concluir, Sr. Presidente.

E dizer o seguinte:

Que o Dr. José Maria, Presidente da Associação, não tem, Sr. Presidente, tomado posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa o nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Novamente, Sr. Presidente, vem o Deputado José Tavares com demagogia barata, novamente está tumultuando a Sessão!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. JOSÉ TAVARES — ... Presidente da Associação dos Escrivães ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está rejeitada. Em votação a Emenda n.º 2.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está rejeitada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A seguinte. Para encaminhar a votação da Emenda n.º 3.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação da Emenda n.º 3, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, antes de nós entrarmos no assunto objeto de discussão nesta Casa, nós queríamos responder ao Deputado José Tavares, que o Delegado José Maria Correia pode ser digno, decente, honesto, culto, trabalhador, mas isto não lhe dá o direito de agredir Deputados da nossa Bancada. Ele não tem o direito de se manifestar dentro desta Casa ...

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) .

O SR. PRESIDENTE (João Mansur)-(Soam os tímpanos) Está em votação a Emenda número 3. Os Srs. Deputados que a aprovam... — REJEITADA.

Está em votação as Emendas números 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 24.— Rejeitadas.

Irá o projeto e as emendas aprovadas em 3a. Discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Peço a Vossa Excelência o cumprimento do Regimento Interno da Casa, o plenário na hora da votação está sendo invadido.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa irá fazer cumprir o Regimento Interno e solicita a retirada dos elementos que não integram esta Casa de Leis.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, pela ordem.

Até para que se registre nos Anais da Casa que não há invasão nesse Parlamento. O Parlamento Brasileiro foi invadido pelo AI-5, pela falta de democracia, pelo arbítrio, pela ausência da pressão popular para defesa dos seus interesses. O que nós estamos vendo aqui é um mínimo de um Parla-

mento que um dia haveremos de ter neste País. É sim o País sendo dirigido pelas pressões populares, isso é a única coisa que se traduz em democracia.

Eu quero só concluir, Sr. Presidente, porque esta é a verdadeira proposta que nós queremos ver. Não há invasão aqui não, Sr. Presidente, são pessoas decentes, há jornalistas, há líderes de comunidade, há líderes classistas.

Agora, quem não está habituado ao exercício da democracia tem que ser realmente truculento, Sr. Presidente. É isso o que eu gostaria de deixar aqui, Sr. Presidente.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIO, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO 11", com sede e foro na Cidade de Santo Antônio da Platina - Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/82, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS", com sede e foro na Cidade de Rolândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIOERÊ", com sede e foro na Cidade de Goioerê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que estabelece nos mesmos percentuais fixados pela previdência social federal, a contribuição do funcionário aposentado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 101/80, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO", com sede e foro na Cidade de Cornélio Procópio.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 101/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

WERNER WANDERER — Relator.

Em votação — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 140/81, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE MATELÂNDIA", com sede e foro na Cidade de Matelândia.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 140/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE MATELÂNDIA, com sede e foro na Cidade de Matelândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

WERNER WANDERER — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 145/81, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EMOPAR", com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 145/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EMOPAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

WERNER WANDERER — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 147/81, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO", com sede e foro na cidade do mesmo nome.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 147/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO, com sede e foro na Cidade de Santo Inácio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

WERNER WANDERER, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 149/81, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MONTE SINAI", com sede no Loteamento Tarumã, Cidade de Toledo.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 149/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a AS-

SOCIAÇÃO MONTE SINAI, com sede e foro na Cidade de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
WERNER WANDERER, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 151/81, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao "Desembargador ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA".— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 151/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
WERNER WANDERER — Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE MAÇÔNICA DE BENEFICÊNCIA — SOMABE", com sede e foro em Jandaia do Sul.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã, com as seguintes divisões e confrontações que especifica.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Nilza, no Município de Iporã, com as divisões e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Guaiporã, no Município de Iporã, com as divisões e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J.,

por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/82, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hermínio Tessaro, ocorrido no dia 10 de maio, na Cidade de Paissandu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdomiro Rauth, ocorrido na madrugada de hoje, nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cecílio Maria Rocha, ocorrido em 08 do corrente, na Cidade de Joaquim Távora.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Irene Isabel Ferreira, ocorrido no dia 11 próximo passado, na Cidade de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, pela fecunda e inovadora gestão à frente da referida Pasta.— **Aprovado.**

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

(É feita a verificação de votação)

1 Sr. Deputado o aprova, 6 Srs. Deputados o rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 153/81, 12, 16 e 25/82.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 13, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 61 e 173/81.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/82.
Levanta-se a sessão.